

**Paul Vidal de La Blache e a geografia francesa:
do contexto histórico às monografias urbanas**

Deyse Cristina Brito Fabrício*

Antonio Carlos Vitte**

A história do pensamento geográfico, no que tange à geografia sistematizada, datando do século XIX, é marcada por embates, conflitos políticos e discursos ideológicos. Uma questão famosa reside nas discussões a respeito da geografia alemã, preconizada por Ratzel, e a geografia francesa, com a figura de Paul Vidal de La Blache. Muitos teóricos, principalmente franceses, colocaram essas duas concepções de geografia como opostas, em que a primeira seria marcada por um determinismo estrito e a segunda colocaria a ideia das possibilidades humanas, rompendo definitivamente com discursos naturalistas, que não levavam em consideração a história.

No seio destas discussões, na verdade estão as disputas entre potências imperialistas, utilizando-se de um discurso geográfico estratégico para a legitimação das ações expansionistas de cada país. Em meio a esse contexto a geografia é sistematizada e suas concepções acerca do espaço perpassam complexas influências filosóficas, históricas e ideológicas. Nesse sentido, quando falamos acerca da cognição sobre o espaço e as cidades, precisamos ter em mente esse contexto, que acabou influenciando, também, o pensamento geográfico brasileiro.

Vitte¹ escreve sobre algumas relações entre o contexto histórico, as concepções filosóficas e práticas geográficas referentes ao período de sistematização da geografia. Concebemos que, na época, houve uma construção ideológica por parte dos Estados europeus, principalmente, para afirmarem sua suposta superioridade e legitimarem o imperialismo. Partia-se da construção de uma imagem do mundo tropical como pobre e degenerado, onde as péssimas condições de vida, explicadas também pelas características físicas da área, como o clima, fariam com que suas populações fossem inferiores material e moralmente. O mundo

* Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: <deyse_nytzah@hotmail.com>.

** Orientador da pesquisa. Professor da UNICAMP e pesquisador do CNPq. Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: <vitte@uol.com.br>.

¹ VITTE, Antonio Carlos. Pierre Gourou e a geografia tropical francesa. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: FFLCH-USP, 2009. Disponível em: <<http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/antonio-c.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

tropical ganhava crescentemente uma imagem negativa, visto como contrário ao mundo europeu, temperado. “Essa situação material foi simbolicamente construída pelos naturalistas e viajantes”², bem como pelos geógrafos.

Dessa maneira, os geógrafos e demais cientistas, conforme os interesses de seus países, difundiam a ideia de que as áreas tropicais deveriam subordinar-se à influência dos países de clima temperado, para que estes levassem o progresso e a civilização a povos vistos como atrasados. Justificando, então, o imperialismo, engendrou-se um “discurso climático e higienista, bem como machista, difundindo o determinismo da natureza sobre as características das populações.”³ Esse discurso acabava fundamentando-se no “papel da raça na dominação da natureza”⁴, mesclando as teorias evolucionistas darwinista e lamarckista.

Engendrou-se a ideia de que o meio, principalmente o clima, acabaria determinando o comportamento das diversas sociedades, em relação à sua evolução. As áreas temperadas seriam mais propensas à vida e ofereceriam maiores condições para que ocorresse o “progresso” da humanidade. Assim, um dos primeiros paradigmas da geografia sistematizada é justamente o determinismo ambiental, no contexto do imperialismo e dos interesses dos Estados-Nação.⁵

“O determinismo ambiental transformava em natural uma situação histórica, que é o imperialismo.”⁶ Dessa forma, “[...] O determinismo ambiental configura uma ideologia, a das classes sociais, países ou povos vencedores, que incorporam as pretensas virtudes e efetivam as admitidas potencialidades do meio natural onde vivem [...]”⁷

Para fundamentar essas teses estavam as idéias predominantes do positivismo evolucionista, com “as teorias naturalistas de Lamarck sobre a hereditariedade dos caracteres adquiridos e as de Darwin sobre a sobrevivência e a adaptação dos indivíduos mais bem dotados em face ao meio natural.”⁸

Dessa maneira, as formulações evolucionistas, principalmente darwinistas, modificaram muitas das concepções científicas do século XIX. Muitas idéias e conceitos foram introduzidos, como organismo, luta pela sobrevivência, seleção natural e vitória do mais forte. Além disso, a importância do meio ganhou novo impulso nos trabalhos científicos. Como escreve Charles Darwin, “[...] a seleção natural [...] é um poder sempre pronto a atuar;

² VITTE, op. cit., 2009, p. 5.

³ VITTE, op. cit., 2009, p. 6.

⁴ VITTE, op. cit., 2009, p. 6.

⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 9.

⁶ CORRÊA, op. cit., 1991, p. 10.

⁷ CORRÊA, op. cit., 1991, p. 10.

⁸ CORRÊA, op. cit., 1991, p. 9.

poder tão superior aos frágeis esforços do homem como as obras da natureza são superiores às da arte.”⁹

Sendo assim, o estudo da sociedade deveria valer-se dos mesmos métodos de estudo das ciências da natureza, sendo neutro, objetivo, livre de julgamentos de valor ou ideologias, estas encaradas como preconceitos. “Porquanto todo estado de paixão muito pronunciado [...] necessariamente é incompatível com o estado de observação.”¹⁰

Como dito a ideia da unidade de método positivista, com integração entre as ciências sociais e humanas, foi essencial na sistematização da geografia e na criação de departamentos dessa disciplina em diversas universidades, já que o positivismo também esteve vinculado à “divisão do trabalho científico”, trazendo “compartimentação do saber” e o desenvolvimento de várias ciências.¹¹ Como escreve Auguste Comte, “[...] numa palavra, a divisão do trabalho intelectual, aperfeiçoada progressivamente, é um dos atributos característicos mais importantes da filosofia positiva.”¹²

Nesse processo, a incorporação do positivismo evolucionista traz um caráter de unidade e cientificidade aos trabalhos da geografia sistematizada, através do emprego do método das ciências naturais para explicar a sociedade, inserindo conceitos como organismo, adaptação, seleção natural e função. Podemos dizer que o positivismo trouxe à geografia um caráter científico, com a ideia de unidade entre fenômenos físicos e humanos, buscando-se leis gerais para explicar os povos, com uma crença acentuada no progresso. Assim, a partir de 1870 a geografia vai ganhando cientificidade como disciplina acadêmica, sistematizada, expoente de um ramo específico do conhecimento.¹³

Inserido no contexto de sistematização da ciência geográfica podemos citar o alemão Friedrich Ratzel (1844-1804) como um importante expoente na incorporação do positivismo evolucionista, proporcionando à geografia uma colocação entre as ciências modernas. Ratzel possuía formação naturalista. Foi aluno de Ernst Haeckel, estudioso que introduziu o evolucionismo na Alemanha, acrescentando a este uma perspectiva ecológica inovadora, pois incluiu o homem nas leis de evolução.¹⁴

Sendo assim, Ratzel atribui à geografia uma perspectiva positivista evolucionista, procurando leis gerais que pudessem explicar e associar, sob uma mesma perspectiva, a sociedade e o meio natural. Ratzel, então, situa a ciência geográfica na relação homem-meio,

⁹ DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010, p. 58.

¹⁰ COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 14.

¹¹ LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 80.

¹² COMTE, op. cit., 1978, p. 11.

¹³ CORRÊA, op. cit., 1991, p. 8.

¹⁴ MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia: pequena historia crítica*. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, p. 14.

segundo o viés positivista. Como decorrência, segue a via do empirismo, baseado no racionalismo, dedução de leis, descrições e analogias organicistas.

Apesar da sua filiação ao positivismo, as influências do meio, em Ratzel, não são simples de definir. Podemos dizer, primeiramente, que sua concepção determinista não compactua com o modelo de causa e efeito, estrita e simplesmente. As influências da natureza “vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais.”¹⁵

Dessa maneira, o caráter naturalista e determinista em Ratzel é complexo e dotado de muitas controvérsias, principalmente em virtude das intensas críticas dirigidas a ele por parte dos representantes da geografia francesa, que lhe atribuíram um caráter de determinismo puro. Apesar disso, “Ratzel foi um crítico do determinismo simplista”, tentando explicar, via observação e empirismo, “a complexa questão das influências das condições naturais sobre a humanidade.”¹⁶ O autor fala, também, sobre o progresso, capaz de romper as determinações da natureza, através da transformação da Terra pelo homem.¹⁷

Em seus últimos trabalhos, principalmente, Ratzel coloca a importância do componente histórico-cultural no estudo das sociedades, sendo “o primeiro autor a propor de forma explícita uma geografia do homem.”¹⁸ Mesmo assim, em seus escritos o papel do meio continua superdimensionado se comparado aos fenômenos sociais.¹⁹

Ratzel se preocupava com as leis de distribuição das populações, consideradas como organismos. Suas indagações foram dirigidas ao papel dos fatores naturais, condicionando a vida e a evolução das populações, já que determinariam a fisiologia e o caráter de cada indivíduo. O meio também seria responsável pela evolução de determinado grupo, conforme os recursos que poderia oferecer. As formas culturais seguiriam leis naturais de evolução, através de uma relação intensa com o meio. “O homem torna-se, assim, efeito do ambiente.”²⁰

“[...] La perspectiva biológica permite edificar un razonamiento en el que los procesos humanos, sociales y políticos responden siempre a una dinámica evolutiva decisivamente determinada por las condiciones geográficas.”²¹

¹⁵ MORAES, op. cit., p. 55.

¹⁶ MORAES, Antonio Carlos R.; FERNANDES, Florestan. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: *Ratzel: geografia*. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 10.

¹⁷ CAPEL, Horacio S. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988, 1981, p. 284-255.

¹⁸ MORAES; FERNANDES, op. cit., 1990, p. 27.

¹⁹ MORAES; FERNANDES, op. cit., 1990, p. 14.

²⁰ MORAES; FERNANDES, op. cit., 1990, p. 13.

²¹ GOMEZ, Josefina M. et al. *El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 40.

Para Ratzel a humanidade é una, mas cada grupo se apresenta em determinado estágio evolutivo, explicado por suas relações com o meio e suas formas de adaptação. Essa análise acaba se aproximando do Darwinismo social, difundido por Herbert Spencer.²²

Nessa concepção, um grupo comporta-se semelhante a uma espécie e possui necessidade de território, seu suporte para a sobrevivência. O Estado tem sua gênese nesse processo, a fim de garantir a sobrevivência dos indivíduos. Por isso, o expansionismo do Estado, fundamental e natural, visa a manutenção do chamado “Espaço Vital”, constituindo “uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade.”²³

Sob diferentes formas de adaptação há a necessidade de garantir um território através de lutas, que proporcionariam progresso e evolução a determinado grupo. O papel do território e suas relações com o Estado se tornam fundamentais, inserindo uma temática inovadora na geografia. Conforme escreve Ratzel, “[...] O Estado não pode existir sem um solo.”²⁴ Essas relações Estado-espaço seguiriam leis gerais, explicáveis a partir do meio.

Por isso, não podemos esquecer que o contexto das formulações ratzelianas se insere na formação do Estado alemão, que adquire um forte caráter expansionista, principalmente dentro do território europeu, chegando tardiamente na disputa por colônias. Dessa forma, as noções de “Espaço Vital” acabam alinhando-se com esses interesses, propondo conceitos biológicos e ecológicos para a geografia política.²⁵

Ratzel também escreve: “[...] À medida em que o território dos Estados se torna mais considerável, não é somente o número de quilômetros quadrados que cresce, mas também sua força coletiva, sua riqueza, seu poder e, finalmente, seu tempo de permanência.”²⁶

Em resumo, Friedrich Ratzel foi um dos primeiros geógrafos a incorporar aspectos do positivismo evolucionista, utilizando esse método investigativo com um caráter ideológico também, considerando a busca alemã por colônias. Por isso, sua obra encaixa-se nesse arcabouço, colocando o território como fundamental para a existência da nação e de seu progresso.²⁷

Nesse contexto, concepções geográficas colocam-se comumente a serviço da dominação européia, já que entendem como naturais as relações entre meios que não se

²² LENCIONI, op. cit., 1999, p. 82.

²³ MORAES; FERNANDES, op. cit., 1990, p. 23.

²⁴ RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. In: *Revista do Depto. de Geografia*, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 93-101, 1982, p. 93.

²⁵ CAPEL, op. cit., 1981, p. 290.

²⁶ RATZEL, op. cit., 1982, p. 101.

²⁷ CAPEL, op. cit., 1981, p. 290-291.

desenvolveram e precisam ser dominados por civilizações mais “evoluídas”²⁸. Assim, nessa época os Estados imperialistas percebem a importância estratégica da geografia para a legitimação de suas idéias nacionalistas, justificando as disputas territoriais, englobando todo o globo.

No caso da França, principalmente após a derrota na guerra franco-prussiana e a perda dos territórios da Alsácia e Lorena para a Prússia, o incentivo à geografia por parte do Estado francês torna-se mais evidente, com a inserção desta disciplina no ensino básico. “[...] A guerra havia colocado, para a classe dominante francesa, a necessidade de pensar o espaço, de fazer uma geografia que deslegitimasse a reflexão geográfica alemã e, ao mesmo tempo, fornecesse fundamentos para o expansionismo francês.”²⁹

Após a derrota, a França ainda manteve seu poderio, mas se torna mais fraca que a Alemanha. Nessa rivalidade, outra guerra seria inviável para a França que, além disso, contava com um menor crescimento populacional. A França opta, então, por manter sua influência mundial através da aquisição de colônias, centrando-se na África, em suas áreas oeste e central, e na Indochina. A geografia, então, torna-se crucial para o conhecimento e manutenção dos territórios ocupados, além de fornecer uma justificação ideológica para o Estado e sua ideia de nação.

Assim, quando mencionamos a geografia lablachiana, que por sua vez comprometia-se com os interesses do Estado francês, não podemos deixar de associar as críticas dela às formulações ratzelianas, representando um debate entre potências européias rivais.

Além disso, é em meio à guerra franco-prussiana que ocorre o esmagamento da Comuna de Paris e a instauração de um novo sistema político na França, a Terceira República. Todos esses fatores estão intimamente relacionados com a sistematização da geografia, já que a República foi marcada por tentativas de construção da nação francesa, com a difusão de seus princípios através da escolarização universal.³⁰

“A constituição da nação requer a emergência de uma consciência que solde os franceses no interior de um mesmo território. Neste sentido, a consolidação de uma memória coletiva é um produto recente da História.”³¹

A busca pela valorização da história, das tradições, acaba contestando a supremacia do positivismo e a proposta de leis naturais para a sociedade. As ciências humanas vão definindo sua posição como campo específico de conhecimento, como ocorre à geografia.

²⁸ CAPEL, op. cit., 1981, p. 290.

²⁹ MORAES, op. cit., 1998, p. 64.

³⁰ MORAES, op. cit., 1998, p. 64.

³¹ ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 38-39.

Sendo assim, há duas vertentes filosóficas de destaque: o predomínio do racionalismo positivista, mas também o advento de correntes que se opunham a vários pressupostos deste. Nessa linha, percebemos, na passagem do século XIX ao XX, um claro debate entre o Positivismo e o Historicismo.

O historicismo tem origem na Alemanha, entre o final do século XVIII e início do século XIX, estando inicialmente ligado a uma “visão histórico-romântica”³², que preza por instituições tradicionais, opondo-se ao racionalismo burguês. Conforme antigas instituições vão perdendo poder na Alemanha, como a igreja, esse historicismo conservador adquire novas características e preocupações, estabelecendo, principalmente, formulações relativistas. Sendo assim, na passagem do século XIX ao XX, há importante contribuição nesse debate a partir das formulações de Wilhelm Dilthey. “Sua obra constitui uma das primeiras tentativas sistemáticas e profundas de crítica historicista do positivismo e de seu método científico-naturalista.”³³

Dilthey contribui apresentando as “ciências naturais” como distintas das “ciências do espírito”. Insere, também, o debate da objetividade, pois nas ciências sociais o homem coloca-se “como ser cultural que estuda sua própria cultura.”³⁴ Sendo assim, é muito complicado pressupor neutralidade e distância em relação ao próprio objeto que, visto exteriormente, não pode ser apenas descrito. É necessária a compreensão de seu significado. Dessa maneira, as formulações das ciências sociais serão sempre relativas à história, pois seu objeto é resultado de construções históricas, substituindo a ideia de verdades absolutas, pelo relativismo.

Essa concepção se encontra, também, no filósofo francês Henri Bergson (1859-1941), colocando o tema da liberdade, “[...] de la inserción del espíritu en la materia, de la posibilidad del libre albedrío del individuo contra las leyes del determinismo.”³⁵

A relativização do positivismo origina uma “nova interpretação do sentido biológico da vida.”³⁶ Acabam sendo difundidas, principalmente na Alemanha, idéias neokantianas que resgatam certo valor às ciências humanas e à filosofia, criticando uma visão estritamente naturalista. “Assim, o mundo natural do homem é a cultura, segundo Dilthey, e, para Bergson, não há conhecimento possível sem intuição.”³⁷

³² LOWY, M. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985, p. 70.

³³ LOWY, op. cit., 1985, p. 69.

³⁴ LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 73.

³⁵ GAILLARD, Jean-Michel. Violência social e integración nacional. In: *Historia de un continente: Europa desde 1850*. GAILLARD, J.; ROWLEY, A. (Orgs.). Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 153.

³⁶ GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 88.

³⁷ GOMES, op. cit., 1996, p. 88.

Dessa forma, criticando o positivismo puro, os cientistas acabam por buscar a especificidade das ciências humanas, separando natureza e história em dois ramos distintos. A referência ao pensamento neokantiano advém justamente dos debates acerca do relativismo científico e dos limites do racionalismo. Nesse contexto, para explicar as relações homem-meio na geografia, que permanecem como temática recorrente, “aparecem os pares de temas: [...] liberdade/ necessidade, probabilidade/determinismo.”³⁸

Tendo em vista essas discussões, os embates entre um método científico mais objetivo, racional, marcado pela influência positivista, e um método mais subjetivo, que considera particularidades e subjetividades, marca a própria história da ciência, num debate que continua até a atualidade. Na análise desse embate histórico, então, precisamos contextualizar a época em estudo e considerar que a crise do racionalismo positivista relaciona-se ao período de crise do capitalismo, por volta de 1870, que traz um declínio naquele otimismo burguês, com sua crença em leis evolutivas universais, trazendo um clima de incertezas.³⁹

Nessa época havia um consenso geral de crise. O importante sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), por exemplo, acreditava que “o conflito entre empresariado e classe operária eram [...] indícios de que a sociedade se desintegrava em seu núcleo. As antigas formas de solidariedade tinham [...] ruído e a religião não tinha mais força de aproximar os homens [...]”⁴⁰

Assim, igualmente inserida no contexto de busca pela especificidade e sistematização das ciências humanas, a corrente funcionalista, exposta por Émile Durkheim, faz uma releitura do positivismo, criticado em seu sentido puro, inserindo aspectos historicistas e, em meio ao contexto, propondo ideias de harmonia e solidariedade. Suas formulações também tiveram repercussões para a geografia, principalmente quanto aos conceitos empregados por La Blache.⁴¹

O Funcionalismo considera as sociedades como “unidades funcionais”.⁴² Para estudá-las é necessária uma descrição detalhada, monográfica, dessas unidades particulares, o que romperia com a ideia de leis gerais positivistas. A partir disso, citamos três postulados

³⁸ GOMES, op. cit., 1996, p. 194.

³⁹ GOMES, op. cit., 1996, p. 48.

⁴⁰ ORTIZ, op. cit., 1991, p. 52.

⁴¹ GOMEZ et al, op. cit., 1994, p. 62.

⁴² GOMEZ et al, op. cit., 1994, p. 62.

que se integram: a) Unidade Funcional Terrestre; b) Funcionalismo universal; c) Indispensabilidade.⁴³

O primeiro postulado considera a existência de uma harmonia terrestre, muito ligada ao organicismo da biologia. Assim, os elementos geográficos fazem parte de conexões e solidariedades que pressupõem a harmonia universal. Conectado a essa ideia, o segundo postulado exprime a funcionalidade vital de determinado costume ou modo de vida. Assim, há um contraponto às teses evolucionistas vigentes, que acentuavam a questão da sobrevivência, prevendo estágios muito semelhantes de evolução para toda a humanidade. Acreditar no progresso, para o funcionalismo, é algo muito mais “sutil” se comparado às teses de um positivismo puro. Há uma experiência acumulada, mas cada civilização possui seu valor, com uma função indispensável.

Por isso, o terceiro postulado exprime que cada um dos itens naturais e culturais, dentro de uma sociedade, preenchem funções indispensáveis, que também são geográficas. Essa funcionalidade apresenta-se de forma singular, individualizando os grupos humanos.⁴⁴

Explicando os conceitos funcionalistas e suas repercussões na geografia, Gómez et al escreve que

[...] esa posición supone un decidido rechazo de la concepción estrictamente unilineal de la historia y, em consecuencia, el reconocimiento de procesos funcionalmente diferenciados que constituyen modalidades heterogêneas de desenvolvimentos evolutivos [...]. En consecuencia, la perspectiva funcionalista se apoya en el entendimiento de la “realidad” como um conjunto articulado de unidades – históricas, sociales, espaciales, funcionales – claramente diferenciadas y con relativa autonomía funcional, que muestran comportamientos – y requieren estudios – específicos y desiguales.⁴⁵

Acreditamos que a compreensão dos aspectos do pensamento funcionalista é fundamental para o exame dos escritos de La Blache, não só para a análise dos conceitos empregados, mas também pelos aspectos ideológicos presentes. Como ocorre uma releitura do positivismo, muitas de suas características permanecem. Os funcionalistas acabam considerando-se livres de noções prévias ou paixões, que poderiam reduzir a qualidade da análise. S. C. Bray acredita, também, que o funcionalismo, preconizando a unidade e a harmonia terrestres, dentro da tentativa de neutralidade, acaba adquirindo traços “reacionários”⁴⁶, já que não considera os antagonismos presentes na sociedade, como a luta

⁴³ BRAY, Silvio Carlos. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 54, jun. 1977, p. 30.

⁴⁴ BRAY, op. cit., 1977, p. 33.

⁴⁵ GOMEZ et al, op. cit., 1994, p. 62.

⁴⁶ BRAY, op. cit., 1977, p. 36.

de classes. Por isso, os pressupostos funcionalistas muitas vezes acabam glorificando o estado de coisas existentes, a partir de uma análise funcional e harmoniosa, “alienando-se das contradições da sociedade.”⁴⁷

Dessa maneira, V. Berdoulay⁴⁸ mostra que todos esses fatores históricos, políticos, filosóficos estão imbricados. Por essa razão, entender as concepções de La Blache é algo complexo. Não podemos esquecer, como dissemos, que suas formulações estão inseridas num contexto de defesa dos interesses do Estado francês.

Assim, para La Blache cada país constituiria uma unidade harmoniosa, com suas várias regiões, marcadas pelo caráter funcional e indispensável. A perda de frações do território, por exemplo, seria uma nódoa nesse organismo harmonioso, que compõe a nação. Ao mesmo tempo, conforme os preceitos positivistas, a República seria baseada na ordem, segundo um aspecto conservador. “The new Republic was to be a bourgeois Republic [...]”⁴⁹ Sendo assim, as inúmeras greves do período precisariam ser aplacadas, implantando a ideia de solidariedade e harmonia em todo o território.⁵⁰

Para S. Lencioni, “[...] tratava-se de reestruturar as forças sociais internas, aproximando a população urbana de Paris, alinhada aos interesses do capital industrial e financeiro, com a população das outras regiões, vinculadas à classe agrária e conservadora.”⁵¹

Durante a Terceira República a geografia vidaliana recebe grande prestígio e incentivo. Como já explicado, em meio à complexidade das ideias formuladas, muitas delas vão ao encontro dos interesses do Estado francês, com seu projeto de nação, aplacando o movimento operário e valorizando as tradições, a fim de manter a ordem e a harmonia no país. O território francês sofria profundas transformações, sendo interligado por estradas de ferro, passando de um país agrário para um país industrial, o que confere mudanças e descontinuidades. Mesmo assim, preserva-se a ideia do país como uma unidade harmônica. Como escreve V. Berdoulay, “[...] le labour, l’association, la solidarité y étaient valorisés, tout comme dans l’idéologie républicaine dominante.”⁵²

Além do mais, o projeto da Terceira República visava a legitimação da expansão colonial francesa, limitando o forte projeto de expansão da Alemanha. Consequentemente, as concepções geográficas alemãs foram criticadas, mesmo porque a “[...] própria geografia

⁴⁷ BRAY, op. cit., 1977, p. 36.

⁴⁸ BERDOULAY, Vincent. La Géographie Vidalienne: entre texte et contexte. In: *Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'école française de géographie*. CLAVAL, Paul (Org.). Paris: CNRS, 1993, p. 22.

⁴⁹ McMILLAN, John F. Introduction: Republic and nation in the belle époque. In: *Modern France: 1880-2002*. McMILLAN, J. (Org.). Oxford: Oxford University, 2003, p. 5.

⁵⁰ McMILLAN, op. cit., 2003, p. 10.

⁵¹ LENCIONI, op. cit., 1999, p. 101.

⁵² BERDOULAY, op. cit., 1993, p. 22.

francesa”⁵³ acaba sendo uma resposta às formulações positivistas ratzelianas. Sendo assim, apesar das críticas tecidas pela escola francesa às formulações da escola alemã, não ocorre um “divórcio teórico”.⁵⁴ Isso se torna evidente quando observamos que o estudo do meio continua constituindo o “ponto de partida” da pesquisa geográfica.⁵⁵

Criticam-se, entretanto, os discursos eminentemente naturalistas e generalizadores da geografia alemã, que pareciam trazer o homem como um fator passivo. Contrapondo-se ao determinismo, a geografia francesa preconizava o possível, a criação e a liberdade humana ao longo do tempo.⁵⁶

Vidal de La Blache propõe um novo método à geografia, inserindo uma perspectiva histórica e funcional. As relações homem-meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica. Além de receber influências de seu ambiente o homem se apresenta como fator geográfico, transformando a fisionomia da paisagem a partir das possibilidades que cada meio oferece. “Enquanto que, para o determinismo, o homem era apenas um elemento entre os outros, com Vidal, ele se faz mestre dos outros, pois se adapta à natureza e a transforma em seu próprio benefício.”⁵⁷

Percebe-se, então, as influências das posições historicistas, em La Blache. “Le néokantisme vidalien permettait d’harmoniser géographie et humanisme: l’homme réalise ses intentions dans son interaction avec l’environnement.”⁵⁸

Por outro lado, as analogias organicistas, características de uma análise funcional, permanecem nas categorias e conceitos elaborados por La Blache e, muitas vezes, a biologia evolucionista “ocupa lugar de núcleo explicativo”, principalmente com o conceito de meio, herança do pensamento ratzeliano.⁵⁹ A Escola Francesa de Geografia, embora contestando algumas formulações naturalistas e deterministas, herdaria muitos pressupostos positivistas vigentes no pensamento científico da época. Como exemplo, La Blache contesta o discurso claramente político de Ratzel, sublinhando a neutralidade no trabalho científico, propagada pelo viés positivista.⁶⁰

Engendra-se, então, a chamada Geografia Regional Francesa, colocando o conceito de região como foco de unidade. Estabelecer diferenças entre regiões e delimitá-las a partir de

⁵³ MORAES, op. cit., 1998, p. 60.

⁵⁴ LENCIONI, op. cit., 1991, p. 103.

⁵⁵ GOMES, op. cit., 1996, p. 200.

⁵⁶ LENCIONI, op. cit., 1999, p. 85.

⁵⁷ GOMES, op. cit., 1996, p. 200.

⁵⁸ BERDOULAY, op. cit., 1993, p. 22.

⁵⁹ GOMES, op. cit., 1996, p. 214.

⁶⁰ MORAES, op. cit., 1998, p. 66.

critérios muito específicos, com peso dos fatores naturais, seria a essência da geografia, acreditando-se que dessa forma integravam-se fatores físicos e humanos.

Embora essa ideia seja ilusória, pois havia mais uma justaposição de fatores físicos e humanos do que uma integração, a parte histórica e cultural passou a ter maior consideração, mesmo que permanecesse atrelada aos fatores físicos.⁶¹

Como exemplo, citamos o conceito biológico de “função”, apropriado por Paul Vidal de La Blache para explicar a dinâmica das regiões, que se constituiriam como organismos vivos, fazendo parte de um conjunto mais amplo: a nação.⁶²

Assim, as críticas vidalianas à postura marcadamente política de Friedrich Ratzel acabam “mascarando” o profundo caráter ideológico de suas próprias declarações, como confirma Yves Lacoste.⁶³ Cada país seria considerado uma unidade, com suas várias regiões. As fronteiras seriam algo “dado”, demarcadas principalmente por meios naturais, sendo pertencentes à nação desde tempos imemoriais.

Nessa ideia, engendra-se o conceito de gênero de vida. Acrescentando os elementos humanos, pelo critério de regiões históricas e naturais, Paul Vidal de La Blache acreditava que as regiões constituiriam uma unidade, um organismo compondo o meio físico que daria o “suporte” para os homens e os grupos desenvolverem, ao longo da história, um gênero de vida.

O entendimento das regiões seria fundamental para a compreensão de cada gênero de vida, pois o meio ofereceria os obstáculos e as possibilidades para o homem exercer sua atividade, criar técnicas ou extrair produtos, daí a expressão “possibilismo”, difundida por Lucien Febvre.⁶⁴

O homem estaria inserido nessa complexa rede de relações, sendo ora passivo, ora ativo, pois quando se depara com as possibilidades do meio, tem inteligência para aumentar os recursos e utilizá-los de forma satisfatória.

Por isso, os estudos em geografia regional valorizavam o particular, que seria descrito minuciosamente através de monografias, partindo da observação e descrição de uma região que se manifestava evidente na paisagem, pela integração harmônica entre seus aspectos naturais e históricos.

⁶¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987, p. 64.

⁶² CAPEL, op. cit., 1981, p. 275.

⁶³ LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1997, p. 57.

⁶⁴ ANDRADE, op. cit., 1987, p. 70.

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza [...]. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região.⁶⁵

Por sua formação de historiador, La Blache considera os elementos humanos na formação dos gêneros de vida. Entretanto, o foco fica para a paisagem na explicação das singularidades e semelhanças entre cada fisionomia.

A Geografia vidaliana fala de população, de agrupamento, e nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais [...]. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens. É por esta razão que a carga naturalista é mantida, apesar do apelo à História, contido em sua proposta.⁶⁶

Prosseguindo a análise é importante lembrar que o conceito de modo de vida está inserido num contexto que não perpassa a neutralidade. As disputas históricas entre potências européias inserem as monografias regionais vidalianas como uma tentativa de justificar o imperialismo francês.

Nessa concepção, a obra fundamental de Paul Vidal de La Blache, *Princípios de Geografia humana*, reporta aos povos ditos primitivos, sua dependência em relação ao meio e quais os fatores que colocaram a superação dos obstáculos que a natureza oferecia.

Paul Vidal de La Blache se pergunta por que há áreas povoadas e outras não. Sua resposta considera que algumas regiões são mais propensas à vida. Se as regiões áridas ou muito frias foram ocupadas é porque houve uma intensa pressão em áreas mais férteis, ocasionando migrações.⁶⁷

O autor diz que a tendência foi a aglomeração de núcleos humanos ao longo do curso de rios, ocorrendo uma separação por obstáculos, como montanhas. Nesse isolamento, em sua relação com o meio, o homem teria engendrado seu modo de vida, levando à criação de técnicas capazes de transformar o ambiente.⁶⁸

Analisados a partir de ideias darwinistas, os isolamentos levam à formação de “raças”. Em alguns casos, a população ficaria estagnada em seus hábitos, assemelhando-se às populações animais, por serem presas, historicamente, à mesma forma de interação com o meio.⁶⁹

⁶⁵ LENCIONI, op. cit., 1999, p. 105.

⁶⁶ MORAES, op. cit., 1998, p. 72.

⁶⁷ BLACHE, Vidal de la. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954, p. 88.

⁶⁸ BLACHE, op. cit., 1954, p. 40.

⁶⁹ BLACHE, op. cit., 1954, p. 80-84.

Segundo o autor o meio europeu teria sido muito mais exigente, por isso a população que lá vive fez um povoamento original, concentrando a principal massa da humanidade, capaz de uma “evolução” mais complexa. Tal superioridade se manifestaria a partir do desenvolvimento das cidades, ícones da capacidade européia de superar obstáculos naturais. Como escreve Vidal de La Blache: “A cidade, no sentido pleno da palavra, é uma organização social de maior envergadura; corresponde a um estágio de civilização que certas regiões não atingiram, que, possivelmente, não atingirão nunca por si mesmas.”⁷⁰

Numa perspectiva histórica e funcionalista, La Blache escreve que “A unidade urbana é mais ou menos perfeita”⁷¹, tendo como foco a formação de Paris:

Os séculos que concorreram para a formação harmoniosa de Paris deixam-se ainda discernir, tal como os anéis concêntricos que marcam o crescimento anual se desenham no tronco cortado de uma grande árvore. Todavia, as individualidades menores fundiram-se numa individualidade superior. Este tipo mais evoluído é próprio da Europa Ocidental [...].⁷²

Referindo-se à colonização européia da América, La Blache escreve: “Os elementos da cidade existiam, mas, para se aglutinarem, esperavam um impulso que viesse de fora; era preciso que um sopro de vida atingisse a região para que os usos sociais inveterados, cimentados pelo isolamento, cedessem ante novos hábitos.”⁷³

É assim que, para o mesmo autor, os povos teriam uma tendência inerente ao aperfeiçoamento. Há culturas rudimentares, pontuais, e outras capazes de transmitir seus progressos. A Europa ocidental teria apresentado um desenvolvimento quase contínuo, o que não ocorrera com as civilizações da África e da Ásia, habitantes das zonas de deserto e de estepes. Por isso, os europeus deveriam alastrar seu “progresso” e “evolução” para outros gêneros de vida.⁷⁴

Dessa maneira, “[...] a cidade seria mais um palco de exibição da superioridade da ‘vontade humana’ sobre o jugo ambiental, e cabia ao geógrafo demonstrar essa verdade.”⁷⁵

Apesar de La Blache ter focado seu estudo nas paisagens rurais, mais simples de se encontrar certa homogeneidade, seus discípulos abordaram vários temas urbanos por meio das monografias regionais. “Jean Brunhes [...], por exemplo, define a cidade como um dos ‘fatos

⁷⁰ BLACHE, op. cit., 1954, p. 380.

⁷¹ BLACHE, op. cit., 1954, p. 354.

⁷² BLACHE, op. cit., 1954, p. 354.

⁷³ BLACHE, op. cit., 1954, p. 381.

⁷⁴ BLACHE, op. cit., 1954, p. 377-378.

⁷⁵ ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 44.

da ocupação improdutiva do solo’, como uma espécie de organismo vivo ao qual se aplicam os métodos comparativos das ciências da observação.”⁷⁶

Pierre Deffontaines, discípulo de Brunhes, chega ao Brasil em 1934, “como membro da ‘missão francesa’ que veio ajudar a fundar a Universidade de São Paulo [...]”⁷⁷ Assim, a geografia francesa, sob a perspectiva da análise regional, influenciou também a geografia brasileira, com estudos dedicados às sínteses urbanas, chamadas também de monografias urbanas.⁷⁸

Realizando estudos urbanos centrados no Rio de Janeiro, Deffontaines analisa a conquista e a luta empregada pela atividade humana nessa cidade. Segundo sua herança intelectual, concebe a geografia humana como o estudo do homem em sua atividade transformadora da “fisionomia terrestre”, levando à formação dos diferentes gêneros de vida.⁷⁹

Como parte da mesma missão francesa, P. Monbeig também “foi grande mestre da primeira geração de geógrafos universitários paulistas”, tendo contribuído muito para a geografia brasileira.⁸⁰ O artigo de P. Monbeig, O estudo geográfico das cidades, “é considerado hoje uma obra clássica, pois orientou, por longo tempo, a maior parte da produção geográfica urbana no Brasil.”⁸¹

Seguindo as diretrizes propostas pela geografia lablachiana, Monbeig concebe a cidade como um organismo que, ao longo do tempo, foi modificado pela obra humana, superando os obstáculos naturais. Por isso, o ponto de partida desse estudo é a análise do meio físico, como o clima e o relevo. A partir do que a natureza apresentava a obra humana pôde ocorrer, de acordo com certas escolhas. Para o autor, “[...] a cidade nascida da vontade humana é construída e desenvolve-se num quadro natural, e devem ser levados em conta igualmente os dois parceiros deste ‘match’ eterno.”⁸² Nesse sentido, a cidade “[...] é o resultado do trabalho dos homens, abriga-os e fá-los viver.”⁸³

Monbeig propõe diretrizes às monografias urbanas, estudando a “evolução urbana”, sua gênese e função, dentro da concepção de organismo. Cada bairro, por exemplo, é uma

⁷⁶ ABREU, op. cit., 2002, p. 45.

⁷⁷ ABREU, op. cit., 2002, p. 45.

⁷⁸ ABREU, op. cit., 2002, p. 46.

⁷⁹ DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952, p. 11.

⁸⁰ ABREU, op. cit., 2002, p. 45.

⁸¹ ABREU, op. cit., 2002, p. 46.

⁸² MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, ano I, n. 7, out. 1943, p. 8.

⁸³ MONBEIG, op. cit., 1943, p. 16.

singularidade, possui uma fisionomia própria, mas está integrado no todo, que compõe a cidade.⁸⁴

Como resultado, o método regional adotado acaba preservando muitas das características propostas por Vidal de La Blache, enfatizando muitas vezes a fisionomia da paisagem e deixando de abordar certas relações sociais existentes em determinada região por pressupor uma análise harmoniosa.

Disso resultava um trabalho rico em termos de descrição da paisagem, correto quanto ao tratamento cartográfico e estatístico, preciso no estabelecimento de relações entre os condicionantes naturais e o objeto material que era a cidade, mas deficiente no que toca à compreensão dos processos sociais que aí tinham lugar. Era como se o mundo do social não pertencesse à geografia, a não ser quando se concretizasse materialmente na paisagem.⁸⁵

Dessa maneira, as concepções da geografia francesa e o método regional acabam por influenciar, também, a geografia brasileira. Por isso, não podemos perder de vista o contexto das ideias propostas pelo método regional, que procurava a harmonia no território, alienando-se, muitas vezes, das contradições presentes. Precisamos, portanto, resgatar o contexto de formação da Escola Geográfica Francesa e as repercussões de seus trabalhos, já que ocuparam lugar central, em muitos momentos, na explicação das paisagens.

Nessa articulação, acreditamos que pode-se chegar a um maior entendimento do saber científico e de suas repercussões para as diretrizes do pensamento geográfico, se considerarmos que é no complexo intercruzamento entre correntes filosóficas, metodológicas, e no contexto da luta imperial que se configura a Escola Francesa de Geografia, com a contribuição central de Paul Vidal de La Blache para o estabelecimento da geografia humana.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 42-59.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.

BERDOULAY, Vincent. La Géographie Vidalienne: entre texte et contexte. In: *Autour de Vidal de La Blache: la formation de l'ecole française de geographie*. CLAVAL, Paul (Org.). Paris: CNRS, 1993, p. 19-26.

⁸⁴ MONBEIG, op. cit., 1943, p. 18.

⁸⁵ ABREU, op. cit., 2002, p. 46-47.

- BLACHE, Vidal de La. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.
- BRAY, Silvio Carlos. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, n. 54, p. 29-37, jun. 1977.
- CAPEL, Horacio S. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea: una introduccion a la geografia*. 3. ed. Barcelona: Barcanova, 1988, 1981.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia humana do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1952.
- GAILLARD, Jean-Michel. Violencia social e integración nacional. In: *Historia de un continente: Europa desde 1850*. GAILLARD, J.; ROWLEY, A. (Orgs.). Madrid: Alianza Editorial, 2000, p. 93-163.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMEZ, Josefina M. et al. *El pensamiento geografico: estudio interpretativo y antologia de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)*. 2. ed. corr. y aum. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.
- LENCIONI, Sandra. *Região e geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- McMILLAN, John F. Introduction: Republic and nation in the belle époque. In: *Modern France: 1880-2002*. McMILLAN, J. (Org.). Oxford: Oxford University, 2003, p.1-11.
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, ano I, n. 7, p.7-29, out. 1943.
- MORAES, Antonio Carlos R.; FERNANDES, Florestan. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: *Ratzel: geografia*. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990, p. 7-27.
- _____. *Geografia: pequena historia crítica*. 16. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. In: *Revista do Depto. de Geografia*, São Paulo, FFLCH-USP, n. 2, p. 93-101, 1982.

VITTE, Antonio Carlos. Pierre Gourou e a geografia tropical francesa. In: II ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2009, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: FFLCH-USP, 2009. Disponível em: <<http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/antonio-c.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

Recebido em abril de 2011; aprovado em junho de 2011.